

cionários da Confederação do Equador a confiscar-lhe a oficina, sob pretexto de dívidas. A 12 de abril de 1824, o jornal suspendia a circulação.

O padre Venâncio Henriques de Rezende não voltou a ligar-se à folha que redigira: revolucionário de 1817, fora acusado de republicano, o que lhe dificultou a posse na Constituinte. Reconhecido o seu mandato, finalmente, manteve posição liberal: padre, votou a liberdade de cultos. Dissolvida a Assembléia, retornou ao Recife, participou da Confederação do Equador, fugiu para o estrangeiro e, regressando em 1829, representou quatro vezes a província de Pernambuco na Assembléia Geral. Acabou conservador, depois do golpe da Maioridade; os pernambucanos deram-lhe o castigo merecido: deixaram de escolhê-lo para qualquer mandato popular, permitindo que vegetasse até o fim da vida, velho e pobre. Depois de dirigida por homens como o padre Venâncio e Cipriano Barata, a *Gazeta Pernambucana* afundou-se no aulicismo e degradingolou até o seu desaparecimento.

De forma sumária, com esses periódicos se constituiu a imprensa brasileira, na tormentosa fase do processo da Independência que antecedeu e sucedeu imediatamente a sua proclamação: o jornalismo de 1821 e 1822. No ano seguinte, o primeiro da existência brasileira autônoma, o processo continuaria a desenvolver-se, assinalando o predomínio da direita: os que colocavam o problema da liberdade seriam afastados ou liquidados. Essa tendência surgiu logo após o Sete de Setembro, com o golpe de cúpula de outubro, capitaneado por José Bonifácio, e que encerrou a circulação de periódicos que defendiam a posição liberal.

Nos autos da devassa então aberta, há depoimentos interessantes: o do padre José Cupertino de Jesus, por exemplo. Ouvira ele, em jantar na casa de Januário da Cunha Barbosa, a que estava presente Gonçalves Ledo, “que não convinha por enquanto outro governo senão o monárquico-constitucional, e que só depois de aclarado o povo poderia admitir-se o governo federativo, à imitação do da América Setentrional, atenta a nímia distância entre umas e outras províncias”<sup>(37)</sup>. Era o momento em que a esquerda liberal, pela pena de Cipriano Barata, colocava o problema nestes termos: “Como é possível que cidadãos honrados e livres possam conter sua indignação ao saber que o nosso imperador, depois de haver convocado uma Câmara Legislativa, ainda continua a fazer uso das frases — *Minha munificência imperial, os meios de remunerar serviços que me são prestados?* (...) Quem quer que presta serviços, presta-os à nação e nunca ao imperador, que é apenas uma parte da nação. (...) Nosso imperador

^(37) Melo Moraes: *Brasil Histórico*, 2 vols., Rio, 1867, pág. 75, II.